



MOÇÃO DO ENCONTRO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO CONTRA A PEC 32 E AS PRIVATIZAÇÕES

O governo Bolsonaro, com apoio da maioria no Congresso, vale-se da pandemia para fazer passar mais uma boiada, para destruir direitos essenciais da população. A PEC 32, da Reforma Administrativa, é verdadeiro atentado à saúde e educação públicas, e a todos os serviços públicos, bem como à democracia.

É inteiramente falsa a propaganda que a ampara. Cerca de três quartos dos servidores públicos, no país, recebem abaixo de quatro salários mínimos e exercem atividades fundamentais. Somente uma pequena parte, exceção à regra, recebe supersalários. Justamente a parte que não será afetada pela eventual mudança: militares, membros do alto escalão judiciário e da procuradoria (juizes, desembargadores, ministros dos tribunais superiores, promotores, procuradores etc), cargos políticos! Portanto, não há corte de nenhum privilégio. Trata-se de mais uma iniciativa de penalização dos que menos recebem.

A Reforma Administrativa é o nome dado à proposta de mudança constitucional que acaba com a estabilidade e o concurso para a quase totalidade dos servidores públicos. Esta proposta atinge não somente os futuros servidores, mas também os atuais, facilitando demissão e arrocho salarial dos que estão em atividade, e o confisco dos aposentados, com a quebra inevitável dos seus sistemas de Previdência.

A PEC 32 entrega os serviços públicos a empresas privadas e de terceirização, promovendo a sua precarização e descontinuidade, em favor do lucro de poucos. Em lugar de servidores concursados e qualificados, a Reforma permite a contratação eventual, de trabalhadores sem o devido preparo, e a entrega total dos cargos de direção a indicados políticos do governo da hora. Por isto, é a PEC da Rachadinha! A indicação política nos cargos de direção, somada à terceirização, só agravarão a corrupção, tornada regra, enquanto o direito aos serviços públicos de qualidade será a exceção.

**ABAIXO A REFORMA ADMINISTRATIVA:
POR SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE!**

CONVIDAMOS A TODAS E TODOS A JUNTAR-SE CONOSCO NESSA LUTA EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES!

A PEC 32 é a entrega total dos serviços públicos ao interesse privado lucrativo e às máfias políticas, que farão uso dos recursos e serviços públicos, como nunca, para se perpetuarem no poder. Esta proposta de mudança constitucional, ademais, revela seu completo descabimento e imoralidade diante de todos os escândalos que presenciamos relacionados à pandemia.

Não fossem os servidores estáveis, boa parte dos recursos teria sido subtraída por esquemas de corrupção. Não fossem os servidores estáveis da Saúde, da Assistência e de outras áreas, do SUS e do SUAS, a tragédia humanitária teria sido ainda mais grave.

A estabilidade não é um privilégio do servidor; é a garantia de todos a serviços públicos contínuos e qualificados, e a proteção contra a corrupção e aos direitos individuais e coletivos. Além disso, ataca a continuidade dos serviços públicos, sem a garantia de que estes serviços – inclusive de saúde, educação, assistência social entre outros – continuarão a ser oferecidos.

Portanto, se aprovada pelo Congresso, essa PEC vai resultar na destruição dos serviços públicos, inclusive nas áreas de saúde e educação, já que está ligada à política neoliberal de redução do papel do Estado. Afinal, a quem interessa essa medida?

Por isso, essa luta não é apenas nossa, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. É preciso discutir mais esse ataque brutal ao funcionalismo e aos serviços públicos com todas as categorias da classe trabalhadora, com toda população.

DESTE MODO, É FUNDAMENTAL:

- 1) Incentivar a organização de Frentes amplas municipais e/ou regionais;
- 2) Construir uma agenda específica para nossa pauta;
- 3) Buscar apoio de vereadores e vereadoras do nosso campo para que, junto com os sindicatos e entidades do funcionalismo convoquem audiências públicas na cidade e/ou regiões para discutir os impactos da PEC 32;
- 4) Solicitar aos vereadores e vereadoras do nosso campo para que apresentem moções contra a reforma administrativa e em defesa do serviço público;
- 5) Promover assembleias nos sindicatos de base do funcionalismo e mobilizar a categoria para o **Encontro Nacional dos dias 29 e 30 de julho** e para o ato em Brasília de recepção aos deputados no dia 03 de agosto;
- 6) Junto às entidades nacionais, mobilizar o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras para o **Dia Nacional de Luta e Paralisação do Funcionalismo, apontado para 18 de agosto**;
- 7) Organizar outras atividades virtuais de massa – em especial nos dias de audiências da Comissão Especial (vídeos, cards, tuitaços e lives);
- 8) Envolver a classe trabalhadora e a sociedade no debate desses temas e ampliar a pressão sobre os parlamentares federais para que votem contra a PEC 32.

**DIGA NÃO
À REFORMA
ADMINISTRATIVA!**
Acesse o site:
contrapec32.com.br

**CONTRA
PEC 32**